

Quilombo do Morro do Boi (Balneário Camboriú - SC): relação histórica entre a comunidade e o meio ambiente

Vanessa Pacheco Silva ^{*}
Martin Stabel Garrote ^{**}
Vanessa Dambrowski ^{***}
Gilberto Friedenreich Santos ^{****}
José Roberto Severino ^{*****}

Introdução

A história social do Brasil foi construída sobre os alicerces de uma sociedade escravocrata agrícola e, mesmo após mais de um século da abolição, a cultura indígena e africana é ofuscada pelo preconceito. Em Santa Catarina, a historiografia pouco trabalhou a questão do negro e seu papel na história da formação do território. A História dos negros escravos, e principalmente a história do pós-escravidão, foi pouco tratada na história oficial da formação de Santa Catarina. Mas os negros escravos foram os braços e pernas dos seus senhores no desenvolvimento econômico do território.

Segundo Mamigonian, houve em Santa Catarina considerável atividade escrava.¹ Os escravos que estiveram no território catarinense vinham com o fluxo de comércio com o Rio de Janeiro e Bahia, e até mesmo direto com Angola. Os negros escravos trabalharam nas plantações de aipim, milho, na produção de farinha e de extrativismo como o da madeira, erva-mate e palmito. Essa produção alimentava os mercados do Rio de Janeiro e Bahia. Entre 1650 e 1750, a ocupação

* Graduada de História pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq no Grupo de Pesquisas de História Ambiental do Vale do Itajaí (GPHAVI-FURB).

** Mestre em Desenvolvimento Regional. Pesquisador do GPHAVI-FURB e do Instituto Parque das Nascentes (IPAN).

*** Bióloga. Especialista em Educação Ambiental. Pesquisadora do GPHAVI-FURB e do IPAN.

**** Doutor em Geografia. Professor do Departamento de História e de Geografia da FURB. Pesquisador do GPHAVI-FURB.

***** Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

¹ MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos no Sul do Brasil*: notas para uma história social da escravidão em Santa Catarina. In: XVIII Semana Acadêmica de História da Universidade Regional de Blumenau. Palestra apresentada das 19:00 às 20:00 horas de 30 set. 2010.

vicentista do território e o uso do solo foi realizado com escravos negros e indígenas. Entre 1750 e 1830, o litoral possuía diversos núcleos coloniais e neles negros trabalhavam nas roças e na produção dos derivados da caça da baleia nas armações. A partir da Lei de Euzébio de Queiróz, em 1850, a população negra no território catarinense diminuiu, ocorrendo a partir dos 1870 diversas alforrias e diluição na venda de escravos. Demograficamente, havia cinco negros escravos para cada branco que vivia no litoral. As principais regiões que comportaram os negros foram São Miguel e Armação da Piedade.

Na historiografia sobre os negros em Santa Catarina, há diversas contradições. Leite relata a história do viajante europeu Saint Hilaire que, no início do século XIX, havia um negro para cada cinco brancos, concluindo que eles eram raros na província.² Em contraponto, Pedro escreve que em Santa Catarina, no ano de 1831, o índice de negros na cidade de Desterro, atual Florianópolis, atingiu 40% e, em 1850, representavam a quinta parte da população.³ Há muitos escritos sobre esse assunto, mas a exatidão dos dados é impossibilitada, não se tem nenhum consenso de registros da existência da mão de obra negra escrava em todos os setores como comércio, pesca, navegação, serviços domésticos e o setor que mais observou escravos, o setor agrícola.

Depois da libertação até os dias de hoje, a população negra em finais do século XIX espalhou-se pelo território, alguns se organizaram em comunidades, desenvolvendo atividades de subsistência. Nas análises de fontes escritas, registros sobre comunidades negras em Santa Catarina, dois autores tratam sobre as existências e particularidades de comunidades remanescentes de quilombolas. Piazza comenta sobre antigas comunidades negras que viviam em Desterro do século XIX, citando as localidades da freguesia da Lagoa da Conceição, Santo Antônio, Canasvieiras, Rio Vermelho, Rio Tavares e na Enseada do Brito.⁴ E Teixeira retrata um grupo de origem africana vivendo em condições rurais, constituindo o Quilombo do Sertão do Valongo, município de Porto Belo, historiando o processo de transição da escravidão, a formação da comunidade, o isolamento e as alterações decorrentes da modernidade, principalmente com as influências da religião adventista.⁵

No intuito de acrescentar estudos na temática dos negros em Santa Catarina, com viés da história ambiental, buscaremos analisar uma comunidade quilombola que se organizou na história do tempo presente. No dia 5 de maio de

² LEITE, Ilka Boaventura. *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 284.

³ PEDRO, Joana Maria. *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 64.

⁴ PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1988.

⁵ TEIXEIRA, Vera Iten. A Religião como Expressão de Identidade: O Sertão de Valongo. In: LEITE, Ilka Boaventura. *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 177-188.

2009, a Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura (FCP/MinC) publicou no Diário Oficial da União a Portaria n. 43, que registra e certifica mais 36 comunidades como remanescentes de quilombo. No estado de Santa Catarina, entre as comunidades certificadas está a do Morro do Boi. Os remanescentes das comunidades dos quilombos são grupos étnico-raciais, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida durante o período colonial e imperial do Brasil. Nos quilombos, constata-se um forte vínculo da comunidade com a natureza, e esta relação é objeto de estudo da História Ambiental, área de estudo do Grupo de Pesquisas de História Ambiental do Vale do Itajaí que, a partir de 2009, iniciou pesquisas na região do Quilombo Morro do Boi. A comunidade quilombola Morro do Boi está situada no município de Balneário Camboriú, litoral de Santa Catarina. Lugar antes conhecido como Rua dos Negros, hoje nomeado Bairro Nova Esperança.

Dada a recente criação do quilombo do Morro do Boi, a pesquisa realizou uma análise histórica da comunidade, analisou as questões que norteiam o problema da identidade quilombola em relação à autoafirmação para a efetivação do território como Quilombo, foi descrita a relação da comunidade com o meio ambiente, compreendendo como ocorriam as atividades agrícolas, de pastoreio, de extrativismo vegetal e mineral e outras fontes de uso de recursos naturais. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a região e as transformações derivadas do processo de ocupação e da história cultural ambiental da comunidade. Devido à escassez de escritos sobre o quilombo, utilizou-se a oralidade, usando a História Oral em uma perspectiva thompsoniana.⁶

Os resultados que serão apresentados contribuem com a história social do negro em Santa Catarina, enfatizando a história de um grupo descendente dos escravos que se alojou em Balneário Camboriú durante a primeira metade do século XX; assim como contribui com os estudos da História Ambiental, com a narração dos atores sobre os usos dos elementos para sua sobrevivência, descrevendo a interação com o meio ambiente; assim como proporcionará indicadores para a delimitação do território do quilombola.

Origem da comunidade no Morro do Boi e a criação do Quilombo

O objeto de pesquisa, o Quilombo do Morro do Boi, conforme entrevistas, passou a ser ocupado por grupos de famílias negras originárias de outras comunidades negras da região como, por exemplo, do Quilombo Sertão do Valongo, situado no interior do município de Porto Belo.

⁶ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

A Sra. Margarida Jorge Leodoro,⁷ moradora do Morro do Boi, relata que sua sogra viveu a escravidão e do pouco que comentava apenas se lembra de onde ela veio: “Não, ela num conversava nada. Ela só disse que veio pra cá, da banda de Tijucas. Foi morar em Itapema, lá pro lado de Camboriú, ela morava lá. Aí depois então, como ela conheceu o Juca. Casou e veio pra cá”.⁸ Segundo informações da moradora mais antiga da comunidade, Sra. Guida, que chegou ao morro em 1956, nessa época, só havia sua família trabalhando na roça, no entanto, não lembra de outras famílias morando no local.

Segundo Sra. Margarida, quando casou em 1956 e mudou para o Morro, só havia sua família trabalhando na roça. “Quando eu me casei e vim pra cá, tinha só o meu sogro e minha sogra, tinha só o casal de velho e a mãe da minha sogra e, lá na frente a mãe do Acácio Siqueira. Não tinha mais ninguém, tudo era mato [...] Na roça era só nós”.⁹ Sra. Margarida é chamada carinhosamente de Dona Guida, atualmente a moradora mais antiga da comunidade, nascida em dezoito de setembro de 1939, matriarca da família Leodoro, viúva do Senhor Lorentino Pedro da Silva, com quem teve 10 filhos. Ela comenta sobre outras famílias instaladas próximas. Não foram encontrados registros documentais sobre estas famílias, tampouco datas ou dados concretos referente à vinda dos primeiros moradores.

Outro morador, Senhor Acácio Siqueira,¹⁰ 71 anos, relatou sobre como se deu a ocupação do Morro, graças a conversas com negros da comunidade que hoje não vivem mais:

Eles contavam histórias assim, mais das coisas antigas deles, que era natural deles [...] então falavam que os negros vinham de Camboriú, fugidos do patrão deles aqui pro Morro do Boi, essa região aqui, namorado mais mulher, chega aqui. Negócio era rapidinho, vinha aqui, não conseguia volta mais. Ande era negro né, ande se esconderam aqui, foi criada essa área do Morro do Boi aqui pelos negros. Agora com certeza com os escravos aqui foi que abriram essa área aqui pra nós. Mas, diz que vinham de Tijucas pra cá, pra Camboriú fugidos do patrão e não voltava mais.¹¹

Sr Acácio explica como, de acordo com o que lhe era contado, foi se formando a comunidade: os que não chegavam com a família, casavam-se com mulheres de outras localidades e a comunidade foi crescendo. Inclusive, a mãe de

⁷ LEODORO, Margarida Jorge (Dona Guida). Entrevistadores: Vanessa Pacheco; Martin Stabel Garrote; Gilberto Friedenreich dos Santos. Balneário Camboriú: 2009. Entrevista concedida ao projeto “Quilombo do Morro do Boi (Balneário Camboriú, SC): uma análise da relação histórica comunidade e natureza como contribuição para a regularização fundiária”.

⁸ LEODORO, Margarida, 2009.

⁹ LEODORO, Margarida 2009.

¹⁰ SIQUEIRA, Acácio, entrevistado por Gilberto Friedenreich dos Santos, 2009

¹¹ SIQUEIRA, 2009.

Sr. Acácio não era moradora da comunidade, acabou mudando devido ao casamento. Atualmente, residem mais de 16 famílias no local.

No trabalho de campo, observou-se a perda das origens culturais com a integração do mundo do branco. Segundo Chagas,¹² socialmente a cultura negra é sufocada pela estrutura social e, como as mudanças ocorrem de forma muito lenta, a ascensão social acaba sendo dificultada pela falta de oportunidade, o que deforma sua autoestima e faz com que eles próprios questionem sua capacidade. Essa desvalorização cultural no Morro do Boi, incorporada pela maioria das famílias, tornou-se evidente quando, em tentativas de entrevistá-los, sentiram-se desconfortáveis com a possibilidade de ser considerados quilombolas.

O processo de autoidentificação e autorreconhecimento, necessário para a titulação quilombola, deu-se início com visitas de pesquisadores. Contou também com palestras realizadas pelo Professor José Roberto Severino¹³ com o tema “História da África; resgate da cultura e valores civilizatórios africanos”. Segundo informações, no início não conheciam essa possibilidade, nem tinham essa visão de herdeiros de quilombo.

De acordo com Carril,¹⁴ a organização dos negros para defender o território pressionou a Constituinte de 1988 que, a partir dos Art. 68, 215 e 216, foi incumbido ao Estado a responsabilidade de proteger a cultura indígena e a afrodescendente. O Estado passa a assegurar aos quilombolas e remanescentes o direito à terra, protegendo a identidade étnica.

O ano de 2007 marca o início da Associação Quilombola Morro do Boi. O grupo encaminhou um pedido de reconhecimento à Fundação Cultural Palmares e conseguiu a “Certidão de Autodefinição”,¹⁵ esta certifica a comunidade como Remanescente de Quilombo.

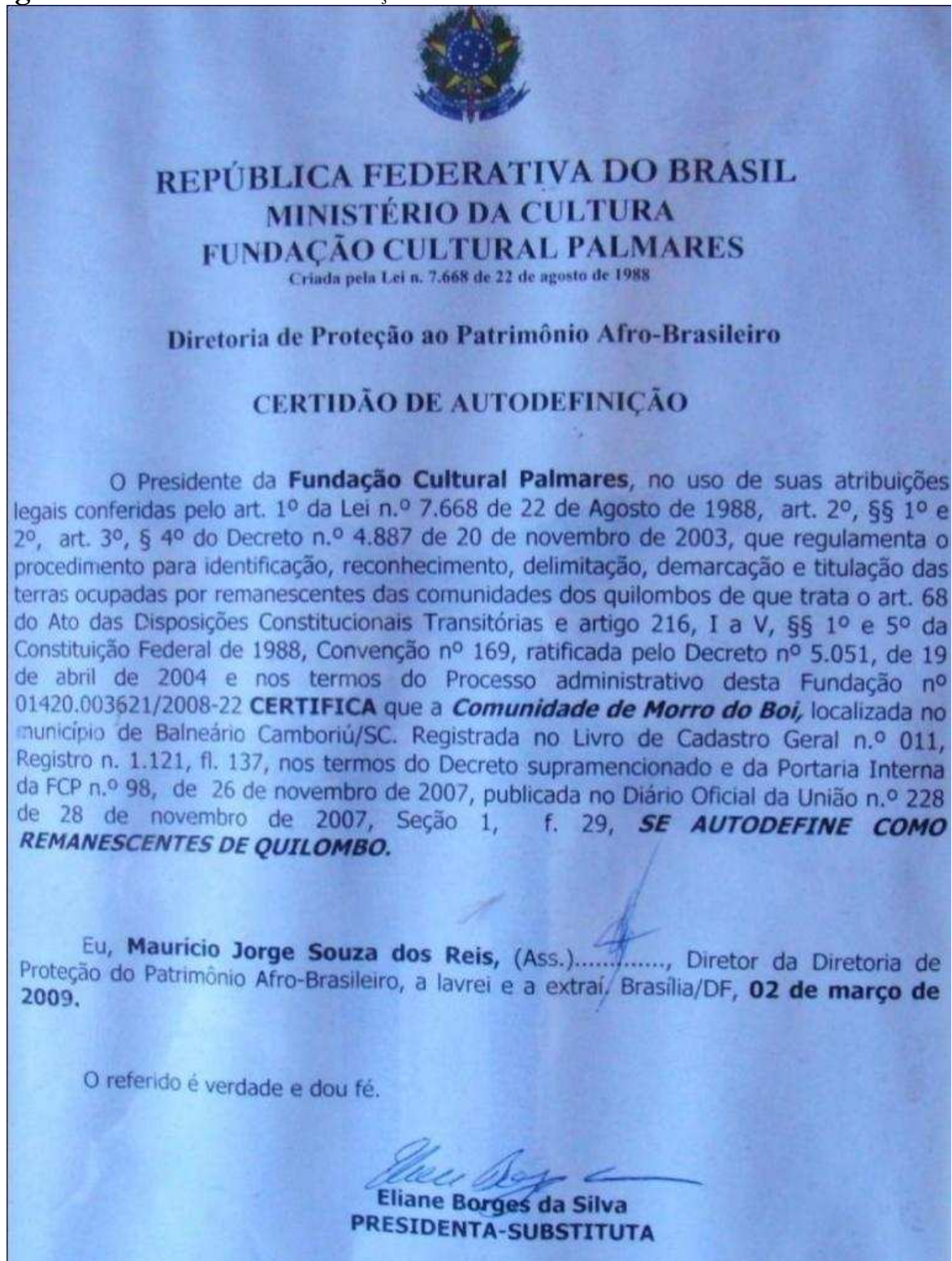
¹² CHAGAS, Conceição Correa das. *Negro: uma identidade em construção, dificuldades e possibilidades*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 89.

¹³ Doutor em História Social. Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em 2008, era Secretário da Cultura no Município de Itajaí, auxiliou a comunidade em organizar uma associação.

¹⁴ CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Quilombo, território e geografia. *Revista Agrária*, São Paulo, n. 3, 2006, p. 156-171. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/3/8_carril.pdf> Acesso em: 17 jan. 2010.

¹⁵ Cf. figura 1.

Figura 1: Certidão de Autodefinição



Fonte: Acervo Grupo de Pesquisas de História Ambiental do Vale do Itajaí (GPHAVI).

Recentemente, no dia 5 de maio de 2009, a Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura publicou no Diário Oficial da União a Portaria n. 43, o registro do Quilombo Morro do Boi. De acordo com a Fundação Cultural

Palmares,¹⁶ a certificação ocorre conforme as declarações de autorreconhecimento de cada comunidade, respeitando o Decreto n. 4.887/03 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais. O processo segue para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que elabora o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação das comunidades. Depois do reconhecimento, são identificados os imóveis rurais dentro do perímetro da comunidade quilombola. Nesta fase, os imóveis particulares são desapropriados e as famílias não-quilombolas que se enquadrarem no Plano Nacional de Reforma Agrária serão reassentadas pelo INCRA. A última fase corresponde à titulação, na qual a comunidade recebe um único título correspondente à área total. A certificação de comunidades remanescentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares iniciou com a aprovação do Decreto n. 4.887/03, que garante às comunidades a posse da terra e o acesso a serviços de saúde, educação e saneamento.

Além do Decreto n. 4.887/03, a Constituição Federal brasileira também reconhece às comunidades remanescentes de quilombo o direito à propriedade de suas terras por meio do Art. 216; e dentro do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) pelo Art. 68. Martins e Martins afirmam que:

De acordo com o Art. 2º, do mesmo decreto, os remanescentes das comunidades dos quilombos são os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. A caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade. São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Para a medição e demarcação das terras, devem ser levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.¹⁷

Ocorre na comunidade um impasse a respeito da identificação quilombola, sendo esse o principal fator do atraso na regulamentação. Hoje a região está em processo de regularização fundiária. Os estudos do sobre os limites territoriais estarão sendo realizados pelas agências competentes. Nesse contexto, membros a favor da formação do quilombo digladiam com a maioria dos moradores, resgatando elementos da cultura dos antepassados a fim de concretizar após que institui na região o Quilombo Morro do Boi.

¹⁶ BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br>> Acesso em: 14 maio 2009.

¹⁷ MARTINS, Giselle Chalub; MARTINS, Leila Chalub. Populações quilombolas do norte do Espírito Santo: história, reconhecimento e distribuição espacial. In: III Encontro da ANPPAS, Brasília, 2006. p. 4.

Identidade e o processo de reconhecimento do quilombo do Morro do Boi

Conforme Martins e Martins, o reconhecimento de um quilombo no Brasil envolve, além da política, ordem técnica, já que seu reconhecimento passa por uma análise sobre o uso da terra, destino da produção, organização da comunidade, vínculos territoriais, expressões culturais, autodefinição e, inter-relações com os outros grupos existentes na região.¹⁸

Para ser possível essa interpretação sobre quilombo, faz-se necessário, primeiramente, uma visão ampla sobre o que é um quilombo. Com o movimento das comunidades quilombolas, o conceito de quilombo se ampliou, atualmente podendo abranger desde a área rural e alcançar as periferias urbanas. Segundo Carril, esses movimentos sociais iniciaram com os quilombolas rurais através da titulação da terra que homem não se separa do meio.¹⁹

Assim sendo, há peculiaridades que devem ser levadas em conta quando for pensado o conceito de quilombo. A determinação das comunidades negras rurais se dá através dos costumes, histórias em comuns, condições sociais, culturais e econômicas que os distingue de outros grupos. Malcher e Marques descrevem esses territórios como comunidades organizadas por escravos que resistiam à escravidão, estabelecendo uma íntima relação de pertencimento ao lugar, cultivada entre quilombolas e a terra.²⁰ Nos quilombos urbanos, explica Carril, a pesca e a agricultura não são tão acentuadas, sua identificação cultural se dá através da música, dança e artesanato, trata-se de grupos urbanos que se unem para, através da cultura, trabalhar a autoestima.²¹

Pensar a questão identidade como representação de conceitos sobre o grupo e o local, referindo-se diretamente ao Morro do Boi, após analisar as fontes e conhecer a comunidade, tornou-se delicado chegar a uma conclusão. Ocorre na comunidade um grande afastamento da realidade do quilombo, a não familiaridade com a cultura quilombola, e a maioria das 16 famílias não se assume remanescentes e são contra a titulação quilombo.

Em abordagens, tentou-se buscar indícios que mostrassem esse processo de mudança cultural que resultou nessa antipatia pelo possível ascendência negra na comunidade, por exemplo, como era nas gerações passadas, costumes, histórias, etc. No entanto, não há recordação de já ter havido algum culto de origem afro. Exceto a lembrança de uma senhora negra que morava na Praia do Estaleirinho, conhecida como Osória. Ela era uma espécie de curandeira que usava rezas, benzimentos e chás com raízes de plantas medicinais para realizar suas curas.

¹⁸ MARTINS; MARTINS, 2006, p. 4.

¹⁹ CARRIL, 2006, p. 156-171

²⁰ MARQUES, Jane Aparecida; MALCHER, Maria Ataíde (Orgs.). *Territórios quilombolas*. Belém: Iterpa, 2009.

²¹ CARRIL, 2006, p. 156-171.

Outra característica, a agricultura, não está em destaque na cultura desse grupo. Uma vez que a comunidade do Morro do Boi, seguindo o que diz Carril, por ela se aproximar mais do exemplo urbano, a agricultura não é marcante, e sim o artesanato. O símbolo da cultura negra está sendo avivado através das bonecas Abayomi's,²² artesanato étnico de raiz africana feitas com retalho. Elas são confeccionadas e comercializadas na Sede da Associação dos Quilombolas do Morro do Boi.

O dinheiro da venda da boneca Abayomi soma no orçamento do grupo. Outras maneiras de obtenção de renda são buscadas no mercado de trabalho. Os adultos trabalham em Balneário Camboriú, atuando em diversas áreas; as mulheres trabalham como faxineiras, camareiras, telefonistas, e os homens trabalham de vendedores ambulante ou serviços gerais.

Figura 2: Boneca Abayomi



Fonte: Google imagens.²³

Enquanto isso, o processo para reconhecimento e titulação como quilombola junto ao INCRA continua em andamento, gerando conflito entre os moradores. O motivo da discordância é atribuído primeiramente à classificação da terra como patrimônio comum, isso impossibilitará a venda – segundo relatos alguns moradores pensam em negociar seu terreno e ir morar em outro lugar – ocorre também o medo de perder a propriedade para o governo. “Quem tem um terreno no quilombo não pode vender, diz que o governo paga, indeniza, tem que passar de filho para outro. Vai morrendo vai passando, vai passando [...] se você está no quilombo não pode ser vendido. Então é por isso que eles não querem participar”.²⁴

²² Cf. figura 2.

²³ Disponível em: <<http://www.google.com.br/search?hl=pt-br&gbv=2&q=bonecas+abayomi&um=1&resnum=1&biw=1077&bih=448&ic=UTF-8&sa=N&tab=iw>> Acesso em: 27 ago. 2010.

²⁴ SIQUEIRA, 2009.

A relação histórica entre a comunidade e o meio ambiente

A comunidade inicia a se configurar no Morro do Boi a partir dos anos de 1950 por descendentes de negros escravos que viviam nas comunidades de negros presentes no litoral de Santa Catarina, como é o caso da região do Valongo. Os moradores que se instalaram nessa época presenciaram uma paisagem que já estava domesticada.

O litoral catarinense possui uma história de colonização que inicia nos primeiros anos da empreitada lusa de exploração, e muitas áreas sofreram com o corte de espécies de árvores para a indústria da madeira. Conforme o que se constata com os relatos, havia trechos de floresta secundária e capoeiras. Antes da fixação dos descendentes de quilombolas e do uso do solo que realizaram no Morro do Boi, a região já sofreu com o corte, coleta do palmito, coivara para a plantação do aipim e da exploração de pedra.

Na comunidade, práticas agrícolas e a caça eram naturalmente praticadas, pois garantiam o sustento das famílias. Extensas áreas eram reservadas à plantação de, principalmente, mandioca, milho e feijão. “Era tudo plantado naquele canto de lá. Era só gente trabalhando. Tu olhava pra lá e avistava o Estaleiro.²⁵ Só via a roça também”.²⁶ Essa citação possibilita um maior entendimento da dimensão da área²⁷ que necessitou ser desmatada e limpa para a agricultura.

Figura 3: Dimensão da área reservada para agricultura



Fonte: Acervo GPHAVI.

²⁵ Se refere à praia da região, denominada Estaleiro.

²⁶ LEODORO, Altair. Entrevistado por Martin Stabel Garrote, 2009.

²⁷ Cf. figura 3.

O preparo do solo era todo braçal à base de machado, enxada e picareta; poucas famílias possuíam boi ou arado. A área escolhida para a plantação era desmatada, parte da madeira era deixada no chão para virar adubo e a outra, usada como lenha.

A gente primeiro arrumava o espaço né, depois derrubava as árvores, cortava tudo numa distância de várias lenha, 3 (três), 4 (quatro) metros, que não era lenha falando em metro mesmo né, 3 (três), 4 (quatro) metros, botava num carregador pro carro puxar pra casa. Depois daquela mata que a gente picava, mas cortava tava bem sequinha, aí esperava dia de sol que ela limpasse bem e tocava fogo. Ficava tudo encarvoadinha ali, aquelas galhada fica, que é lenha, ou a gente “cavoca” fora.²⁸

O mesmo espaço era usado para várias plantações, durante anos, a terra era fogueada²⁹ em algumas épocas, principalmente para a plantação de feijão. Quando a área começava a demonstrar enfraquecimento, deixava-se a terra descansar.

Raramente se vendia o que era plantado, os produtos proporcionavam relações comerciais de troca com comerciantes e bairros das áreas vizinhas. Com o tempo, constantes queimadas somadas à retirada da mata nativa para ocupação do solo nas lavouras resultaram no enfraquecimento do solo. Hoje, esse fator é percebido pelos próprios moradores e na dificuldade de produzir no solo. A atividade agrícola passa a deixar de ser praticada em maior escala a partir da construção da BR 101 em 1970, a plantação perdeu espaço e, hoje é praticada apenas agricultura de subsistência em menor escala.

Outra atividade rotineira, da vida cotidiana era a caça. Os homens embrenhavam-se na floresta e através da caça, conseguia-se carne. Os animais mais caçados eram as aves e as pacas. “[...] Tinha gente que mora aqui em cima mesmo, caçava e descia com a cintura rodeada de passarinho”.³⁰ Para as caçadas, os homens levavam espingarda, facão e os cachorros. Nessas caçadas, acabavam encontrando tatu, gambá e tamanduá. A pesca, em pequena proporção, também era realizada.

A base do sustento familiar no quilombo vinha diretamente da natureza, os moradores também possuíam engenhos de farinha e de açúcar. Outras atividades cotidianas incluíam os afazeres domésticos, o cuidado de animais domésticos como cães, gatos, pássaros; animais para consumo: frango, vacas, porcos e ainda animais que auxiliavam no trabalho como o boi e o cavalo.

²⁸ SIQUEIRA, Acácio. Entrevistadores: Vanessa Pacheco; Martin Stabel Garrote; Gilberto Friedenreich dos Santos. Balneário Camboriú: 2009. Entrevista concedida ao projeto “Quilombo do Morro do Boi (Balneário Camboriú, SC): uma análise da relação histórica comunidade e natureza como contribuição para a regularização fundiária”.

²⁹ Uso do fogo no preparo da terra.

³⁰ LEODORO, Sueli. Entrevistadores: Vanessa Pacheco; Martin Stabel Garrote; Gilberto Friedenreich dos Santos. Balneário Camboriú: 2009. Entrevista concedida ao projeto “Quilombo do Morro do Boi (Balneário Camboriú, SC): uma análise da relação histórica comunidade e natureza como contribuição para a regularização fundiária”.

Sr. Acácio Siqueira recorda que quando criança colhia banana, laranja, maçã, pêra e coquinho. Afirma que ainda hoje é possível achar uns pés de frutas plantados há muito tempo. Nenhum entrevistado lembra de nenhuma fruta da mata, somente estas citadas.

O desenvolvimento da comunidade esteve associado primeiro à exploração da madeira para subsistência e, após, acentuou-se pelo interesse comercial. Refletindo sobre o desenvolvimento da comunidade, o desmatamento se fez inevitável, era necessário espaço para a roça, estruturar as casas, ferramentas e utensílios, por exemplo, a raiz da figueira era muito usada para fazer gamelas, já com as outras se fazia cadeira, mesa, etc. Quando precisavam de madeira, homens e mulheres adentravam a mata com machado e força bruta para cortar árvores, transportadas com carro de boi.

Com o interesse das madeireiras próximas da região, a região do Morro do Boi passou a ser considerada uma área rica em madeira de lei, passou-se a cortar muitas árvores. Essa madeira era levada para uma empresa que vendia para madeireiras em Itajaí: “a madeira canela, peroba, cedro, jacarandá... O que tivesse de madeira de lei ia. Hoje em dia não, hoje em dia que é proibido, mas naquela época não. Naquela época não era proibido”.³¹

A madeira cortada era levada para fora do morro com carro de boi, por ser um lugar de difícil acesso, não era qualquer carro que conseguia subir. Relatos da comunidade afirmam que as casas no Morro do Boi eram feitas com madeira e palha e casas de estuque, feita com bambu trançado, passava-se barro vermelho, e a cobertura era de palha ou telha. A telha era buscada com carro de boi em Camboriú. Moradores lembram que em 1967, um grande campo onde havia muitas árvores, também usado para agricultura, começou a ser aberto, e o espaço que formava o Morro do Boi foi dividido em dois. A dinâmica da comunidade foi afetada devido à construção da BR 101, que se tornou transitável em 1970.

Em 1971, com a construção da BR 101, a plantação perdeu espaço. Em 1997, o início da duplicação da BR e a construção do túnel entre Itapema e Balneário Camboriú interferiu novamente na rotina da comunidade. As mudanças causadas pela rodovia marcam também a ampliação da exploração do granito, que se transformou na principal atividade econômica até ser proibido em 2007. Durante o processo de colonização e desenvolvimento da comunidade, na década de 1950, iniciou-se na região a exploração da pedra. Fato que contribuiu com a ocupação local.

³¹ LEODORO, Sueli, 2009.

Figura 4: Visão da pedreira localizada no Morro do Boi



Fonte: Torres, 2004.³²

Moradores do Morro do Boi confirmam que essa foi uma alternativa de trabalho que existia a algum tempo atrás, tão antiga que antes de Dona Guida mudar para o morro já havia pessoas trabalhando na pedreira. Era um trabalho encarado de uma forma praticamente hereditário. As pedras eram vendidas principalmente para Curitiba e Indaial.

Em 1971, foi alargado o atual acesso à comunidade, que inicialmente era uma picada. Em 1997, deu-se o início as obras da duplicação da BR e a construção do túnel entre Itapema e Balneário Camboriú. Com a BR, vieram facilidades e problemas também. Tornou-se mais fácil chegar ao centro de Balneário Camboriú ou Itapema, mas, até os moradores acostumarem-se com o tráfego, alguns morreram atropelados.

Na construção da BR 101, devido às explosões, a maioria das casas foram danificadas, o terreno usado pela comunidade para as plantações foi desapropriado e incluído no projeto. Os moradores do Morro do Boi não foram informados sobre nenhum dos dois projetos, tampouco indenizados.

Com a BR-101, onde antes com espaço limitado à passagem de um carro de boi, transformou-se em uma estrada para passagem de caminhão. Assim, tornou-se mais fácil o acesso dos transportes das empresas que vinham analisar, negociar e buscar a pedras. Conseqüentemente, a exploração na pedreira tornou-se uma atividade mais rentável: “começaram a botar pedra aqui em cima. Quando passou a BR aí começaram a cortar pedra aqui em cima. Aí que começaram a abrir a estrada”.³³ Esta se tornou a principal atividade econômica. Senhor Altair expõe

³² TORRES, Rodrigo Ribeiro. *Caracterização espacial e as principais implicações ambientais das atividades de exploração do granito entre os anos de 2000 e 2004, na porção sudeste do município de Balneário Camboriú (SC)*. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí. p. 45. <Disponível em: <http://www.observatoriodolitoral.ufsc.br/banco_dados/univali/engambiental/54.pdf> Acesso em: 14 jul. 2010.

³³ LEODORO, Altair, 2009.

algumas falas, atribuindo certa responsabilidade à pedreira sobre a alteração do ambiente:

Hoje em dia tem essa estrada ali mas antigamente isso aqui era uma estrada de carro de boi, não passava dois carro junto. Ah tinha carro de boi então, aí depois não, depois que o pessoal aí começaram a cortar pedra aqui pra cima, eles foram alargando a estrada pra poder descer com o caminhão. Mas, no começo não. No começo era só aquele trilho ali. Quando ali passava um carro de boi, era e tu trabalhava daquele jeito, sem carro, era tudo carro de boi pra puxar mandioca, puxar feijão, puxar banana, era tudo na base do carro de boi. Então pra que a estrada muito larga? Era mais fácil de conservar, já não derrubava tanto.³⁴

Em entrevista com Sr. Alcides, quando fecharam a pedreira, em 2007, havia no morro 15 bocas de pedra, em cada boca trabalhavam duas pessoas, eventualmente se trabalhava sozinho. Ainda hoje a comunidade está na expectativa para sua liberação.

O Morro do Boi hoje

Alguns recursos estão tardando a chegar no Morro do Boi, é o caso do fornecimento de água. A água utilizada vem de um pequeno córrego localizado logo acima das casas.³⁵ Os moradores cuidam da limpeza do local de captação, parte da água que verte é represada e facilita a captação e fornecimento às casas que ainda não dispõem de água encanada.

Figura 5: Localização da água distribuída para as casas



Fonte: Acervo GPHAVI.

³⁴ LEODORO, Altair, 2009.

³⁵ Cf. figura 5.

Foi percebido pelos moradores a redução da água e estes responsabilizam a construção da BR e do túnel pelo acontecimento:

Com a coisa da dinamização diminuiu um pouco a água mas as nascentes são as mesmas. [...] Já tinha diminuído um pouco quando eles passaram com a BR aqui, né, que aí ela começou a infiltrar porque o de cano aí, explodiu pra poder passar com a BR, começou a infiltrar, aí veio a pedra, aí já começo a falta de água. E agora, e agora com o túnel diminuiu bastante.³⁶

Anos de exploração no morro resultaram na visível diminuição da mata nativa, redução do habitat para animais nativos e extinção da madeira de lei. O desenvolvimento da comunidade acarretou o corte das árvores e, com o passar dos anos, a madeira antes retirada para as construções de casas e utensílios ganhou valor comercial, promovendo maior exploração da Mata Atlântica. Outro motivo foi para dar lugar a vastas áreas reservadas para a agricultura. Assim, com o desmatamento diminuiu o habitat e alimentação para os animais. Nesse processo, o desaparecimento dos animais, seja por morte seja por migração, dá-se naturalmente e progressivamente. Enfim, constantes queimadas e anos plantando sobre a mesma terra deixaram o solo bastante enfraquecido.

O uso destes bens naturais resultou em profundas mudanças na mata, que foram imprescindíveis para a manutenção da comunidade. O relato da pesquisa, voltado para os princípios da História Ambiental, conforme explicado detalhadamente por Drummond,³⁷ analisa essa necessidade de ferramentas para a sobrevivência.

Considerações finais

Sucintamente, a comunidade passou a ser ocupada por famílias negras vindas de comunidades vizinhas da região, existentes próximas a Camboriú. De acordo com moradores, moraram no quilombo pessoas que viveram os tristes anos da escravidão, no entanto não deixaram compartilhadas suas dolorosas lembranças.

Os anos que sucederam o desenvolvimento da comunidade acarretaram a alteração da mata nativa. Um vasto espaço territorial precisou ser aberto e, com o passar dos anos, a madeira antes retirada para as construções de casas e utensílios ganhou valor comercial promovendo maior exploração da Mata Atlântica.

A floresta também garantia a carne, uma vez que a caça sempre foi praticada para garantir a alimentação juntamente com a agricultura de subsistência. Nesta última, o preparo da terra era todo braçal à base de machado, enxada e

³⁶ LEODORO, Altair, 2009.

³⁷ DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 1-21, 1991.

picareta; anos de plantação sob o mesmo lugar e o uso do fogo resultaram no enfraquecimento do solo, percebido pelos próprios moradores.

No entanto, os recursos oferecidos pela natureza, que hoje faltam à comunidade, não foram desfrutados apenas por ela, outros exploraram aquela área, como exemplo, as serrarias, as empresas que negociavam a extração da pedra, e ainda, a construção da BR 101, responsável por grandes modificações. Hoje, a consequência está visível na diminuição da mata nativa, na redução de habitat dos animais e extinção da madeira de lei.

Para finalizar, uma abreviada explanação referente à expressão identitária da comunidade. É difícil adequar o Morro do Boi nos conceitos tradicionais de quilombo, considerando que, como citado, a cultura negra é sufocada pela estrutura social predominante, com exceção da expressão cultural através das bonecas Abayomi's. Todos seguem a religião católica e não lembram de algum dia ter havido algum tipo de rito afrodescendente; exceto o cultivo de pequenas hortas, não praticam mais agricultura para subsistência e não têm grande contato com a natureza. Esses e outros são detalhes relevantes no cumprimento dos critérios para o reconhecimento de um quilombo contidos no Decreto n. 4.887/03. Considerando um importante ponto do tratado a expressão cultural. Mesmo com esse empenho, a maioria dos moradores, por receio de perder sua terra ou a autonomia que exerce sobre ela, não se identifica quilombola. Esses são pontos delicados que envolvem a comunidade quilombola Morro do Boi.

Quilombo do Morro do Boi (Balneário Camboriú - SC): relação histórica entre a comunidade e o meio ambiente

Resumo

A pesquisa, voltada para a História Ambiental, tem como foco a análise da relação histórica da comunidade com a natureza, a compreensão do processo histórico de ocupação da região do Morro do Boi, dos elementos extraídos da biodiversidade e a maneira como os moradores os utilizam. Para o levantamento dos dados, a metodologia utilizada foi a pesquisa em fontes bibliográficas e em materiais não escritos - a memória dos próprios moradores. A comunidade Morro do Boi, localizado no município de Balneário Camboriú, foi colonizada por grupos de famílias negras originárias de outras comunidades da região e atualmente somam o total de 16 famílias. Segundo moradores, a agricultura e a caça foram praticadas no quilombo e a madeira serviu para a construção das casas e para fabricação de objetos domésticos e agrícolas. Assim, o desenvolvimento da comunidade inicialmente se fez dependente da floresta.

Palavras-chave:

História Ambiental. Quilombo Morro do Boi. História Oral.

Morro do Boi Quilombo (Balneário Camboriú - SC): historical relation between community and environment

Abstract

Based on the Environmental History, this research has as aim the analysis of the historical relation of the community with the nature, the understanding of the historical process of occupancy of the area of Morro do Boi, the elements extracted from biodiversity and how the residents use them. For the data survey, the methodology was the survey research on bibliographical data and unwritten reports – the own memory of the residents. The Morro do Boi community, located in the county of Balneário Camboriú, was colonized by groups of black families from other communities in the region and currently amount to a total of 16 families. According to residents, agriculture and hunting were practiced in the quilombo and wood was used for the construction of houses and manufacture of household and agricultural products. Thus, the development of the community initially became dependent on forests.

Keywords

Environmental History. Morro do Boi Quilombo. Oral History.

[Recebido em: outubro 2010 e
aceito em: abril 2011]